

## Hospitais Portugueses entre os séculos XVI e XVIII: de Hospitaleiros a Enfermeiros

Emilia Bulcão<sup>1</sup>, Ana Paula Cantante<sup>1</sup>, Berta Almeida<sup>1</sup>, M<sup>a</sup> José Peixoto<sup>1</sup>,  
Orísia Pereira<sup>2</sup>, Luis Alexandre Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Professora da Escola Superior de Enfermagem do Porto, Portugal.

<sup>2</sup>Técnico Superior da Escola Superior de Enfermagem do Porto, Portugal.

Correspondencia: emilia@esenf.pt (Emilia Bulcão)

### Resumo

Os Hospitais Portugueses tiveram o seu início ainda na Idade Média, mas a sua proliferação verificou-se na Idade Moderna. A figura do Enfermeiro aparece como Enfermeiro (maior e pequeno) e como Hospitaleiro.

Com este artigo pretende-se aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento dos Hospitais em Portugal na Idade Moderna e analisar as funções do Enfermeiro/Hospitaleiro no seu contexto. A metodologia baseou-se no método Histórico, através duma análise da literatura com recurso a fontes primárias e secundárias.

Da análise efetuada, podemos inferir que no período em estudo se verificou a expansão dos hospitais, aparecendo hospitais de maior dimensão nomeadamente as misericórdias, ocorrendo em muitos casos a anexação dos hospitais mais pequenos que existiam até então. A figura do Enfermeiro/Hospitaleiro, estava sempre presente, no entanto este não tinha preparação específica para o exercício da profissão. Nesta época surgem dois manuais Portugueses destinados aos Enfermeiros, o primeiro escrito por um médico (Roma: 1662) e o segundo por um Enfermeiro (Frei Santiago: 2005). Nos Regimentos ou Regulamentos dos Hospitais podemos encontrar a descrição das suas funções à época e acompanhar a sua evolução, entre os séculos XVI e XVIII.

Palavras-chave: Hospitais. Misericórdias. Hospitaleiro. Enfermeiro. Enfermeiro Maior. Enfermeiro Menor. Manuais.

### Hospitales portugueses entre los siglos XVI y XVIII: de hospitaleros a enfermeros

### Resumen

Los hospitales portugueses comenzaron en la Edad Media, pero su proliferación se produjo en la Edad Moderna. La figura del Enfermero aparece como Enfermero (mayor o "menor") y como Hospitalero.

Este artículo pretende profundizar en el conocimiento sobre el desarrollo de los hospitales en Portugal en la era moderna y analizar las funciones del Enfermero/ Hospitalero en su contexto. La metodología se basó en el método histórico, a través de un análisis de la literatura utilizando fuentes primarias y secundarias.

A partir del análisis llevado a cabo, podemos inferir que en el período en estudio hubo una expansión de hospitales, apareciendo hospitales de grandes dimensiones (las misericórdias en Portugal), produciéndose en muchos casos la anexión de los hospitales más pequeños que existían hasta entonces. La figura del Enfermero/Hospitalero siempre estuvo presente, sin embargo no tenía una preparación específica para el ejercicio de la profesión.

En esta época, surgen dos manuales portugueses destinados a Enfermeros, el primero escrito por un médico (Roma: 1662) y el segundo por un Enfermero (Frei Santiago: 2005). En los Regimientos o reglamentos hospitalarios podemos encontrar la descripción de sus funciones en el momento y seguir su evolución, entre los siglos XVI y XVIII.

Palabras clave: Hospitales. Misericórdias. Hospitalero. Enfermero. Enfermero Mayor. Enfermero Menor. Manuales.

## Portuguese Hospitals between the 16th and 18th Centuries: from Hospitable to Nurses

### Abstract

Portuguese Hospitals began in the Middle Ages, but their proliferation occurred in the Modern Age. The figure of the Nurse appears as a Nurse (large and small) and as a Hospitable.

This article aims to deepen the knowledge about the development of Hospitals in Portugal in the Modern Age and to analyze the functions of the Nurse / Hospitable in its context. The methodology was based on the Historical method, through an analysis of the literature using primary and secondary sources.

From the analysis performed, we can infer that in the period under study there was an expansion of Hospitals, appearing larger Hospitals namely Mercies, in many cases with the annexation of smaller Hospitals that existed until then. The figure of the Nurse / Hospitable was always present, however having no specific preparation for the profession.

At this time two Portuguese Manuals for Nurses appear, the first written by a Physician (Francisco Roma) and the second by a Nurse (Friar Santiago). In the regiments or regulations of Hospitals we can find the description of their functions at the time and follow their evolution between the 16th and 18th centuries.

Keywords: Hospitals. Mercy. Hospitable. Nurse. Senior nurse. Junior nurse. Manuals.

### Introdução

Os Hospitais Portugueses tiveram o seu início ainda na Idade Média e numa fase inicial a assistência era de caráter religioso e caritativo associado aos conventos, igrejas e mosteiros. A ajuda aos doentes e carenciados era prestada com um forte pendor caritativo, pelas pessoas que tinham mais posses e pela Igreja. Esta inculcia nos fiéis a prática da caridade como meio de obterem o perdão dos pecados e a salvação da alma.<sup>1</sup>

Posteriormente começa a verificar-se a preocupação régia em chamar a si o controlo e o poder das instituições, onde se prestavam cuidados aos enfermos. As Misericórdias surgem nos finais do século XV, cuja influência se prolonga pelos séculos seguintes, durante a Idade Moderna. Neste período surgem os Compromissos ou Regulamentos dos Hospitais onde se pode encontrar referência aos diferentes tipos de Enfermeiros e suas funções, sendo que estes eram desprovidos de formação que os habilitasse a exercer corretamente a profissão. A formação dos Enfermeiros em Portugal apenas desponta nos finais do século XIX, embora nesta época tenham sido publicados dois tratados dedicados a Enfermeiros.

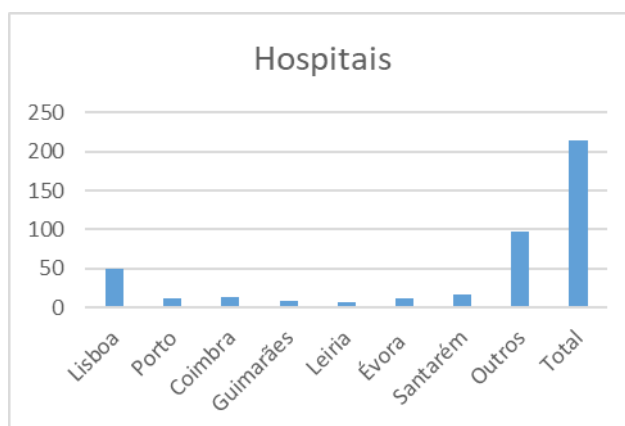
### A Assistência em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade

O princípio da assistência em Portugal vem desde a fundação da nacionalidade. A primeira Albergaria que surge em Portugal terá sido fundada por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, em 1120<sup>2</sup> e as seguintes em 1130 quando aparece a Ordem dos Hospitalários e logo de seguida, em 1131, quando começa a ser construído o mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra.<sup>3</sup>

Até à criação das Misericórdias, encontramos diferentes modelos de instituições que prestavam assistência aos enfermos: albergarias, hospitais, gafarias ou leprosas e mercearias, todos eles de pequenas dimensões. Havia já, no Condado Portucalense, um grande número deste tipo de estabelecimentos que estavam ao serviço dos necessitados, pois as carências da população portuguesa em matéria de assistência, tinham dado origem a uma grande diversidade de iniciativas.<sup>4</sup>

No final do séc. XV surgem as Misericórdias,<sup>5</sup> conforme já referimos, mas, até à sua criação, existiam em Portugal, em termos globais, pouco mais de 200 hospitais,<sup>6</sup> conforme consta no gráfico, [Gráfico 1] sendo a governação destes, feita pelos Provedores ou Hospitaleiros, nomeados pelo seu fundador.

Gráfico 1. Total dos Hospitais existentes em Portugal no final do século XV.



## As Misericórdias

Na Idade Moderna a maioria dos hospitais passaram a ser propriedade das Misericórdias, no entanto em períodos de batalhas foram criados hospitais de campanha, por decisão do rei, para assistência aos guerreiros. Genericamente, a assistência em Portugal até esta época, esteve entregue a pessoas leigas, pois as ordens religiosas nesse período não eram muito comuns nos hospitais.<sup>1</sup>

Fundada a 15 de agosto de 1498, a Misericórdia de Lisboa iniciava uma nova conjuntura em Portugal, no que respeita à saúde e à assistência. Em dezembro de 1521, à morte de D. Manuel I, existiam já setenta e sete Misericórdias, vindo a ultrapassar as trezentas ainda durante o século XVI. As Misericórdias eram confrarias laicas, ancoradas em valores religiosos, e tinham como missão o auxílio aos pobres, sobretudo os doentes e os presos. A sua ação era baseada nas catorze obras da Misericórdia, sete corporais e sete espirituais, que vinham enunciadas no “Compromisso”, documento que estava na base da criação das Misericórdias.

A partir da década de 1510, a Coroa começou a entregar-lhes os hospitais e esta política expandiu-se após o Concílio de Trento (1554-1563), tornando-se este um momento decisivo da consolidação do poder das Misericórdias na área da saúde.<sup>5</sup>

A administração dos hospitais municipais quando foi transferida para as Misericórdias tinha por finalidade atingir dois objetivos, diminuir os custos e o poder das câmaras. Para Ramos, as Misericórdias “acabaram por se tornar numa das instituições matriciais das principais famílias de cada localidade, como tal, absorvendo uma grande quantidade de doações com fins caritativos por morte, que desta forma escapavam ao controlo eclesiástico, em sentido restrito” (p.235).<sup>7</sup>

## Os grandes Hospitais Portugueses

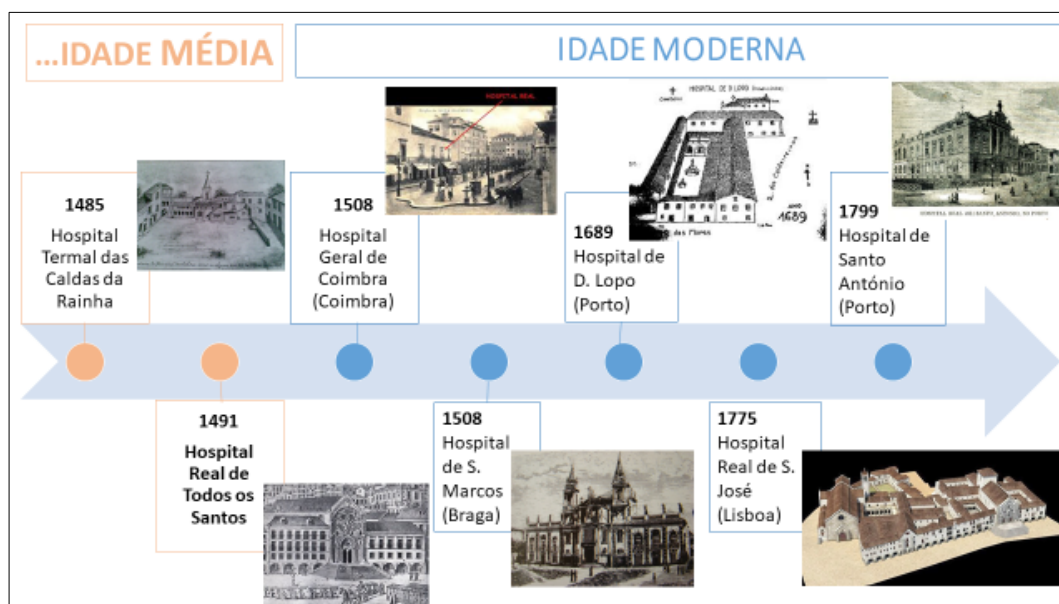
Nas duas últimas décadas do séc. XV começam a surgir os grandes Hospitais Portugueses, nomeadamente o Hospital Termal das Caldas da Rainha (1485) e o Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa (1491).

Na Idade Moderna surgem no século XVI o Hospital Geral de Coimbra e o Hospital S. Marcos em Braga, no mesmo ano (1508). Em seguida, no Porto foi criado o Hospital de D. Lopo, no final do sec. XVII (1689). Depois só no último quartel do séc. XVIII são fundados o Hospital Real de S. José em Lisboa (1775), que teve a sua origem no Hospital Real de Todos os Santos e o Hospital de Santo António no Porto (1799) que teve a sua origem no Hospital de D. Lopo, conforme consta na Figura 1. [Figura 1]

A criação do Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa, veio contribuir para a centralização do regime assistencial em Portugal, em que a monarquia tentava aproximar-se de um poder mais unificador.<sup>1</sup> Deste modo, constituía não só uma forma de promover o desenvolvimento económico e financeiro, mas também o desenvolvimento do património, pois os hospitais pequenos tinham de transferir os seus haveres para os hospitais maiores, quando eram incorporados nestes.

Foi neste contexto, que nasceram os hospitais médicos estabelecidos como locais de cura, consequentemente, os peregrinos, viajantes, doentes contagiosos ou incuráveis, foram afastados das enfermarias, grupos estes que haviam partilhado aqueles espaços até então. Assim sucedeu no Hospital Real de Todos os Santos, e em todos os seguintes que foram criados ou remodelados à sua semelhança, alterando o paradigma do internamento Hospitalar em Portugal.<sup>5</sup>

Figura 1. Grandes Hospitais Portugueses da Idade Moderna.



## O poder régio e a estatização da Assistência

Após a fundação da Misericórdia em Lisboa e todas as outras que foram criadas nos séculos seguintes e com a respetiva associação do hospital local a cada uma delas, foram surgindo regalias da parte régia, o que contribuiu para o aparecimento de um novo modelo de assistência que, “sem negar os antigos pressupostos da cristandade”, levou a uma estatização do ato de assistência. Este procedimento constituiu “o marco mais decisivo da assistência e caridade do período moderno, que permitiu distinguir o nosso país da Europa Ocidental...” (p. 40).<sup>8</sup>

A saúde em Portugal passa assim a constituir matéria da governação política, pelo menos desde o século XVI, sobretudo no que respeita ao enquadramento legislativo e à tutela das instituições assistenciais. No entanto, verifica-se que o poder central nunca assumiu o seu cabal financiamento, podendo deduzir-se que o consequente subfinanciamento, a par do tipo de assistência prestada, são as duas particularidades mais marcantes desta conjuntura.

Assim, a sua estruturação remonta ao reinado de D. Manuel I (1495-1521), quando, a partir do trabalho desencadeado pelos monarcas anteriores, foram lançadas as bases do sistema que haveria de perdurar vários séculos.

Num contexto europeu de desregulação social e de graves problemas de saúde pública, mas também de novas preocupações humanistas e religiosas com os mais pobres e desprotegidos, D. Manuel I transformou desta forma, as questões da saúde e da assistência em assuntos da governação política. Entre outras razões, visava-se promover o aumento da população, em tempos de construção de um império transcontinental, que carecia de recursos humanos.

Paralelamente, a Coroa procurava reformar o ensino médico universitário e desenhava, com a colaboração do cirurgião-mor e do físico-mor, um programa de controlo e regulação dos agentes das artes de curar com formação empírica. Além disso, a autorização ou renovação da licença dos profissionais das artes de curar, dependia também do aumento da procura e das necessidades sociais, concretamente na que era disponibilizada pelas Misericórdias.<sup>5</sup>

### Enfermeiros, Regimentos, Regulamentos ou Compromissos

Quando havia uma instituição da Misericórdia numa localidade era pressuposto existir um Hospital, ou então estes eram anexados. Desde que existisse um Hospital, esse facto implicava a presença de Enfermeiros, contratados pelas Misericórdias. Isto significa que os Enfermeiros passaram assim, ao longo deste período, a ter a sua atividade regulada pelas Misericórdias, com base nos seus Regimentos ou Regulamentos.

“Como grande parte dos Compromissos, Regimentos ou Regulamentos dos hospitais eram realizados com base na misericórdia de Lisboa, podemos neste final do século XV e no início do florescimento das misericórdias, afirmar a sua importância na construção e desenvolvimento de uma história da enfermagem em Portugal” (p. 257).<sup>9</sup>

Embora a importância das Misericórdias seja inequívoca na promoção da história da enfermagem em Portugal, o

conceito de Hospitaleiro/Enfermeiro remonta ao século XIV: “aquele que praticava os cuidados aos enfermos... aquele que administrava a instituição Hospitalar ou ainda aquele que exercia estas duas funções - administrava a instituição de assistência e ao mesmo tempo praticava os cuidados aos enfermos” (p. 249).<sup>9</sup>

A designação de Hospitaleiro/Hospitaleira prolonga-se pela Idade Moderna. Habitualmente estes residiam dentro da instituição e tinham tarefas definidas com atribuição do Hospitaleiro ou da Hospitaleira de acordo com o sexo, assim o Hospitaleiro cuidava dos enfermos homens e a Hospitaleira das mulheres.

Os Regulamentos, Regimentos ou Compromissos das instituições de assistência, continham orientações gerais no âmbito comportamental dos Hospitaleiros e regulamentavam as suas funções. Ao fazerem deliberações importantes relativas à forma de prestação dos cuidados aos enfermos, denotava-se assim uma preocupação no âmbito dos comportamentos de quem cuidava. Devia ser um indivíduo cortês e afável, determinado, com uma condição física favorável, capaz de atender as necessidades dos enfermos desenvolvendo tarefas adequadas de acordo com as características de cada um. Os cuidados tinham que ser realizados com uma relação de benevolência, de considerar o outro mais importante do que o próprio.

Era ainda expectável que a relação com os enfermos fosse norteada pelos valores cristãos, onde a valorização do “outro” era essencial, indicando disponibilidade. Outro dos aspetos valorizados eram os cuidados de higienização das camas, nomeadamente os cuidados com os leitos dos enfermos.<sup>9</sup>

A higiene individual ou coletiva já era uma das preocupações existentes à época, onde os municípios tinham também um papel importante. A existência, quer “de banhos públicos... nos quais os cidadãos podiam tomar o seu banho e proceder, portanto, à sua higiene diária...” (p.250),<sup>10</sup> quer no abastecimento de água em fontes e chafarizes, verificando-se a presença destes, em número elevado, em todas as localidades.

A higiene individual e pública tinha bastante impacto em duas vertentes, quer na prevenção de determinadas doenças, quer aquando dos internamentos pela maior ou menor adesão, por parte do enfermo nas suas atividades diárias.

Na Idade Moderna os Enfermeiros apresentavam uma organização mais operante e mais desenvolvida do que na época anterior, passando a existir uma abordagem mais alargada das suas funções, com uma especificação mais concreta do que deviam executar. Uma organização mais centrada no plano individual e no plano de trabalho, com os restantes funcionários. Verifica-se também uma hierarquização com níveis diferentes, num designados de Enfermeiros maiores (com funções específicas e organizavam as atividades para o grau considerado inferior) e no outro nível Enfermeiros pequenos, (que tinham com funções executar o que lhes tinha sido organizado).<sup>9</sup> A título de exemplo podemos referir o regulamento do Hospital de Todos os Santos, que tendo sido criado já depois daquele Hospital estar em atividade tinha funções e modelo organizacional para os Enfermeiros distintos de todos os anteriores, pois demonstrava uma grande evolução em comparação com o restante panorama nacional.

Segundo Santos,<sup>9</sup> o regimento do Hospital Real de Todos os Santos, numa fase inicial, tinham uma dotação própria,

estando estipulado que deviam de haver quatro Enfermeiros maiores, sete pequenos, vários ajudantes, uma Enfermeira, uma ajudante. Devia de haver também um Hospitaleiro e de uma Hospitaleira, cada um com funções mais especificadas do que as referidas nos séculos anteriores. Assim os Enfermeiros maiores ou mores tinham a responsabilidade das atividades de diversas enfermarias. Abarcavam um leque de funções, quer no que respeita a tudo o que se relacionava com os enfermos o com as atividades na sua unidade de assistência, quer na articulação com outros funcionários. Por sua vez, o trabalho desenvolvido nas múltiplas atividades também era observado pelos seus superiores que eram o provedor, o médico, o cirurgião, o Hospitaleiro ou a Hospitaleira. Perspetivando assim, a existência de uma continuidade em relação a funções observadas nos séculos antecedentes.

Ao nível comportamental, continuam a ser exigidos atributos essenciais no plano relacional, a valorização do outro ou a paciência com os enfermos, no entanto, ao nível técnico existe uma evolução muito grande relativamente às funções observadas anteriormente. Além disso, verifica-se uma atividade de relevo que se manteve nos séculos subsequentes, a visita aos doentes, que tinha vários propósitos, um dirigido aos enfermos em que se observa e verificava a sua evolução, outro tinha uma vertente institucional, pois como estavam técnicos era possível observar relações existentes entre eles, o que constituía um momento alto, ou seja, um ato de exigência elevada. O Enfermeiro maior tinha um conjunto de funções, quer na preparação da visita, uma vez que era a ele que informava os outros elementos da equipa como estavam a evoluir os enfermos, quer nas alterações das novas prescrições. Após a visita, organizava a informação e reunia com outros técnicos para definirem novas estratégias, de forma a atingirem os objetivos delineados.

Os dados biográficos, assim como os relacionados com a alimentação de cada enfermo estavam registados numa tábu, instrumento que o Enfermeiro dispunha e que estava previsto como forma de registo pelo regimento. Era também este grupo profissional que tinha a responsabilidade da administração da terapêutica, após ter sido prescrita pelos médicos e preparada pelos boticários (farmacêuticos).<sup>9</sup>

Aqui tal como nas épocas anteriores, a higiene, era uma das atividades enfatizadas, quer a dos recursos da instituição ou Hospital, quer a dos enfermos sendo para estes uma atividade com necessidade de prescrição médica.<sup>11</sup> remetendo, assim as funções dos Enfermeiros somente à execução e era atribuída aos Enfermeiros pequenos, pois estavam preparados para executar todas as atividades que lhe eram atribuídas pelo Enfermeiro maior. Porque dado as imensas atividades que estes últimos abrangiam, tinham que delegar nos Enfermeiros pequenos, sendo estes os responsáveis pela maior parte dos cuidados aos enfermos durante as 24h do dia. Por sua vez o Enfermeiro maior estava destinado mais as questões de governação e planeamento.<sup>9</sup> No início do século XVII o país

estava ainda sob a governação dos Filipes e neste período aconteceram alguns eventos relevantes, nomeadamente um grande incêndio no Hospital de Todos os Santos (1601) que provocou algumas limitações no seu funcionamento.

Sob o domínio Filipino há poucas novidades no âmbito das funções dos Enfermeiros. A visita aos enfermos continua a ser realizada por um grupo de profissionais como atividade importante no plano das tarefas diárias. Deste modo verifica-se uma organização dos cuidados dirigidos aos enfermos do mesmo sexo, o que nos leva a supor que os cuidados aos enfermos deveriam ser prestados por pessoas de ambos os sexos. Neste contexto não podemos afirmar que o ofício/profissão era predominantemente do género feminino, conforme se pode constatar nos Regulamentos ou Regimentos.<sup>9</sup>

Havia já então uma preocupação com a satisfação das necessidades dos enfermos numa perspetiva da personalização dos cuidados, através do plano individual de cada doente implicando assim a identificação dessas necessidades, além da realização das prescrições médicas.

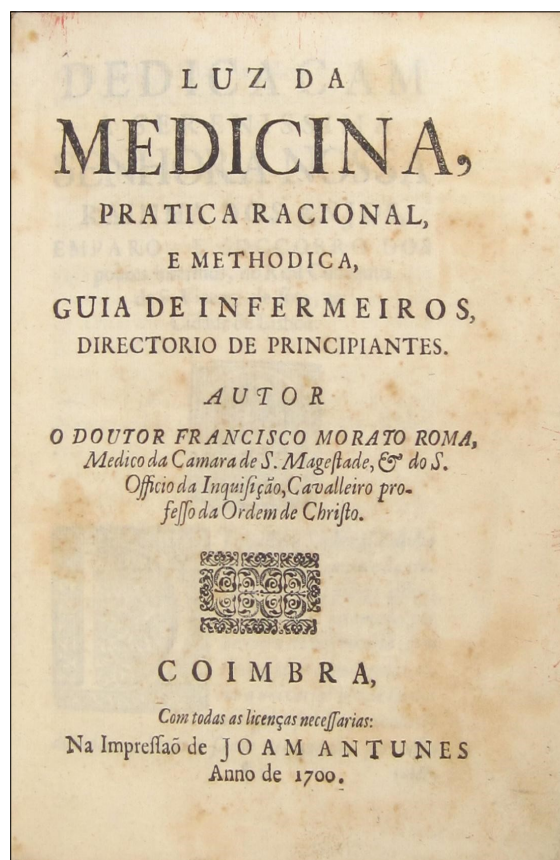
No Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa, em 1632, o cargo de Enfermeiro-mor que tinha surgido em 1564, é extinto, mantendo-se o de provedor. Segundo Lisboa<sup>10</sup> esta alteração provinha do novo regimento. Em 1664 houve uma rescisão total, com todos eles, por decisão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por motivos de erros constantes nas atividades que desenvolviam, principalmente com os doentes.<sup>12,13</sup>

Em 1750, no Hospital Real de Todos os Santos, com duzentas e cinquenta camas, foi determinado que haveria um Enfermeiro mor, que seria responsável pelos cuidados, tratamentos e pela visita dos doentes. O mesmo teria que ter diversas qualidades como: ser um homem caridoso, de boa condição e sem escândalo. Este Hospital estaria também provido de “Enfermeiros pequenos” ou Enfermeiros menores. Para além destes, haveria um físico, dois cirurgiões e dois ajudantes, um boticário, um barbeiro-sangrador, doze Enfermeiros e, por fim, uma cristaleira.<sup>14</sup>

### Manuais Portugueses destinados aos Enfermeiros

Neste século surge um tratado escrito por um médico: Luz da Medicina: pratica racional, e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes (seculo XVII – 1672), [Imagem 1] no qual, nas suas várias reedições se constata a quase ausência de alusão aos Enfermeiros. Apesar de o título mencionar “um guia de enfermeiros”, encontram-se apenas três referências deste profissional ao longo do texto deste compêndio de medicina. A primeira encontra-se no título da obra, a segunda como ajudante do médico na avaliação dos sinais vitais do doente e por último foca a responsabilidade do Enfermeiro na administração rigorosa da terapêutica e sempre de forma atempada.

Imagem 1. Manual *Luz da medicina practica, racional e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes* da autoria de Francisco Morato Roma.



Esta escassa menção aos Enfermeiros talvez nos traduza que durante estes séculos a valorização destes foi oscilando à luz inclusivamente dos olhos dos médicos.<sup>15</sup>

É um manual de cariz didático e pedagógico cujo subtítulo dizia ser uma obra muito útil, e necessária, não só para os Professores da Arte de Medicina, e Cirurgia, mas também para todos o Pais de famílias, de que se poderão aproveitar pobres, e ricos na falta de Médicos doutos (p. i).<sup>16</sup> Este manual baseia-se na experiência do autor e no conhecimento existente à época focando não só questões na área da saúde no âmbito curativo e preventivo, mas também de natureza filosófica e doutrinária.<sup>15</sup> O autor foca-se não só nos enfermos, mas também nas pessoas saudáveis.

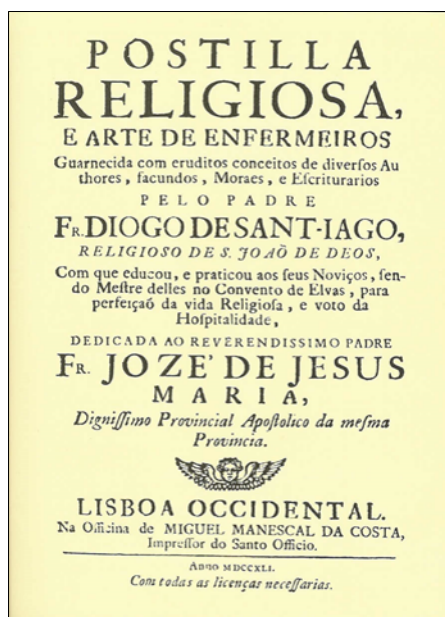
O manual teve várias reedições procurando estar atualizado para dar resposta às problemáticas de saúde da população. A edição original é constituída por duas partes. A primeira divide-se em seis livros e a segunda em três tratados relativos a três regiões do corpo: superior, média e inferior. Por último apresenta um Tratado único destinado às doenças

particulares das mulheres (p. 287)<sup>16</sup> e um tratado das febres simples, podres, pestilentas e malignas.

Após duzentos e trinta e sete anos de terem sido criadas as funções dos enfermeiros, que constavam do regimento do Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, de 1504, verificou-se uma mudança dessas funções iniciais, apresentando um elevado nível de desenvolvimento. Neste contexto surge a Postila Religiosa e Arte de Enfermeiros [Imagem 2] que foi o primeiro manual de formação em cuidados de enfermagem, desenvolvido pelo Padre Frei Diogo de Santiago (1741) da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Elvas. Este documento distinto é um manual constituído por três tratados subdivididos em cinquenta e nove capítulos, com um total de trezentas paginas, onde o autor estruturou e juntou noções e experiência de cerca de quarenta anos para escrever os princípios primordiais na época, para o exercício da enfermagem em Portugal, sendo uma obra notável em termos históricos na atualidade.



Imagem 2. *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, da autoria de Frei Diogo de Sant-Iago.



O primeiro dos Tratados foca-se no caminho religioso que os noviços têm que traçar designando-se por *Postilla Religiosa*. “Para SantIago (Sant-Iago), as salas de aula são as enfermarias e os doentes são os livros” (p. 93).<sup>15</sup> O segundo Tratado, o mais longo, delinea orientações para os cuidados a prestar pelos religiosos aos enfermos, para a “arte dos Enfermeiros, caso o prelado eleja algum dos seus conventuais para desempenhar emprego de tanta importância, e merecimento” (p. 93).<sup>15</sup> Por fim o terceiro Tratado descreve as orientações para a fase terminal da vida e morte, incidindo essencialmente no que a pessoa que se encontra nessa fase de vida deve fazer no âmbito religioso (orações, atos de contrição, de fé, entre outras), também dá orientações para situações de extrema-unção, exorcismos e até sobre o testamento.

A obra destinava-se explicitamente à formação dos noviços do Convento de Elvas, “para perfeição da vida religiosa e voto da Hospitalidade” (p. iv-vii).<sup>17</sup> Frei Santiago fundamentou as suas instruções aos noviços na obra de Morato Roma, onde os Enfermeiros deviam ser acima de tudo bons técnicos e não deviam contestar as práticas que se baseavam no conhecimento de outros. Esta Ordem tinha à sua responsabilidade um conjunto de hospitais militares de fronteira.<sup>15,18,19</sup>

Constatamos assim que a *Postilla* é uma obra que não relata somente o trabalho do Enfermeiro, “mas também a dimensão humana e espiritual exigida aos praticantes, esboçando, inclusive, uma área de competências próprias que os distinguia dos médicos e cirurgiões” (p. 44).<sup>18</sup>

## Conclusão

Desde o início da nacionalidade, até à criação das Misericórdias no final do séc. XV, as necessidades da

população portuguesa, em matéria de assistência, tinham dado origem a uma grande diversidade de instituições, muitas das quais eram de pequenas dimensões, nomeadamente Albergarias, Confrarias, Hospitais, Gafarias ou Leprosarias e Mercearias.

A figura do Enfermeiro surge no século XIV com a designação de *Hospitaleiro* e esta figura prolongou-se ao longo da Idade Moderna e regra geral este era indicado pelos fundadores dos Hospitais. Os aspetos comportamentais dos *Hospitaleiros*, as orientações e respetivas funções estavam incluídos nos regulamentos dos Hospitais. Os aspetos comportamentais dos *Hospitaleiros*, as orientações e respetivas funções vinham mencionadas nos regulamentos dos Hospitais.

E no Hospital Real de Todos os Santos que surgem as figuras dos Enfermeiros Maiores (ou Enfermeiro Mór) e dos Enfermeiros Pequenos, ou seja, com dois níveis de funções diferentes, pois eram os Enfermeiros Maiores que organizavam os serviços dos Enfermeiros Pequenos. Noutros Hospitais encontram-se referências a Enfermeiros Ajudantes, Praticantes e Enfermeiro-fiscal. Os Enfermeiros cuidavam da vida espiritual, saúde e higiene dos doentes, passando séculos mais tarde a exercer não só funções de “cuidar”, mas também administrativas.

No início do século XVI, por ordem régia e por interesses económicos, a administração dos Hospitais era quase monopólio das Misericórdias. O florescimento das Misericórdias foi primordial na construção e desenvolvimento da história da enfermagem em Portugal.

Nos séculos XVII e XVIII foram publicados dois Manuais destinados aos enfermeiros, o primeiro dos quais escrito por um Médico e o segundo por um Enfermeiro. Estas obras revelaram-se de grande utilidade para os profissionais das artes de curar, nomeadamente a *Postilla* que tentou manter-se atualizada ao publicar várias reedições.

## Bibliografia

1. Sá, Isabel dos Guimarães. Igreja e assistência em Portugal no século XV. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1995; (53):219-236. Disponible en: <http://hdl.handle.net/1822/3380> [acceso: 15/09/2019]
2. Curado, Maria Alice Santos; Soares, Maria Isabel; Freitas, Marília Pais Viterbo. Historia de la enfermería en Portugal. En: Siles González, Jose; Oguisso, Taka; Fernandes De Freitas, Genival; Sousa Campos, Paulo Fernando, compiladores. Cultura de los cuidados: Historia de la enfermería ibero-americana. Alicante: Club Universitario; 2011. p. 381- 417.
3. Leal, Fernando. Evolução do conceito de assistência. Separata de O Médico. 1973; (66-67).
4. Graça, Luís. Hospitais e outros estabelecimentos assistenciais até ao final do século XV. 2000. Disponible en: <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos71.html> [acceso: 08/09/2019]
5. Abreu, Laurinda. Pensar historicamente os cuidados de saúde em Portugal. O Referencial: Revista da Associação 25 de Abril. 2018; (130):12-17.
6. Correia, Fernando da Silva. Origens e formação das misericórdias portuguesas. Lisboa: Livros Horizonte; 1999.
7. Ramos, Rui (coordenador). História de Portugal. 3ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros; 2010.
8. Dionísio, Paula Carolina Ramos. A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim [Dissertação Mestrado]. Porto: Universidade do Porto; 2000.
9. Santos, Luís Fernando Carvalhinho Lisboa. Uma História da Enfermagem em Portugal (1143-1973): A constância do essencial num mundo em evolução permanente [Dissertação de Doutoramento]. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; 2012. Disponible en: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12265/1/TD%20-%20Dezembro%202012%20-%20Final.pdf> [acceso: 20/09/2019].
10. Santos, Luís Fernando Carvalhinho Lisboa. Uma História da Enfermagem em Portugal (1143-1973): A constância do essencial num mundo em evolução permanente [Dissertação de Doutoramento]. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; 2012. Disponible en: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12265/1/TD%20-%20Dezembro%202012%20-%20Final.pdf> [acceso: 20/09/2019].
11. Araújo, Maria Marta Lobo. Dar aos pobres e emprestar a Deus: as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI - XVIII). Ponte de Lima: Santa Casa de Misericórdia; 2000. Disponible en: <http://hdl.handle.net/1822/8814> [acceso:07/09/2019]
12. Cabral, José Curry da Camara. Hospital Real de S. José e Anexos. Lisboa: Tipographia A. Editora; 1915.
13. Alves, Augusto Lobo. O ensino de enfermagem nos hospitaes de Lisboa. (Discurso proferido na abertura da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Cíveis de Lisboa, em 15 de fevereiro de 1919). Separata da Medicina Contemporânea. Lisboa: Typographia Adolpho de Mendonça; 1919. p. 1-14.
14. Graça, Luís. O Hospital Real de Todos os Santos. Parte II. 2000. Disponible en: [https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos60.html#4.\\_O\\_génio\\_organizativo\\_ou\\_o\\_esboço\\_de\\_uma\\_diferenciação\\_técnica\\_e\\_profissional\\_na\\_assistência\\_hospitalar](https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos60.html#4._O_génio_organizativo_ou_o_esboço_de_uma_diferenciação_técnica_e_profissional_na_assistência_hospitalar) [acceso: 26/09/2019].
15. Subtil, Carlos Louzada Lopes. A Saúde Pública e os Enfermeiros entre o Vintismo e a Regeneração: 1821-1852. Porto: Universidade Católica Editora; 2016.
16. Roma, Francisco Morato. Luz da medicina practica, racional e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira; 1672.
17. Sant-Iago, Diogo. Postilla religiosa, e arte de enfermeiros. Lisboa, Oficina de Miguel Manascal da Costa; 1741 (edição fac-similada: Alcalá, 2005).
18. Costa, Rui Manuel Pinto, Oliveira, Luís Alexandre Sousa. Norma e desvio no ofício de enfermeiro do Hospital Real da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1771 – 1799). Eã Journal. 2016; 8(2):39-76.
19. Graça, Luís. A arte da enfermagem no Século XVIII. Observatório Português dos Sistemas de Saúde; 2005 mar 14. Disponible en: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12797289/a-arte-da-enfermagem-no-seculo-xviii-opss> [acceso: 26/09/2019].